

A educomunicação socioambiental na Rede Municipal de Educação de São Paulo: histórico e análise a partir das perspectivas socioambiental, territorial e democrática

Thaís Brianezi

Professora da Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo (ECA/USP) e pesquisadora do Núcleo de Comunicação e Educação (NCE).

E-mail: tbrianezi@usp.br

Carlos Lima

Professor da Rede Municipal de Educação de São Paulo (RME-SP), criador do projeto Imprensa Jovem e coordenador do Núcleo de Educomunicação da Secretaria Municipal de Educação (SME).

E-mail: carloslima@sme.prefeitura.sp.gov.br

Ednéia Oliveira

Consultora da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura no Brasil (Unesco Brasil).

E-mail: edneia.s.o@uol.com.br

Carmen Gattás

Pós-doutoranda no Programa Educação Ambiental no Instituto de Biociências da Universidade de São Paulo (IB/USP) e pesquisadora do projeto Biota/FAPESP.

E-mail: caluga8@gmail.com

Recebido: 08/03/2023

Aprovado: 20/06/2023

Resumo: A interface entre educomunicação e educação ambiental crítica está presente na Rede Municipal de Educação de São Paulo (RME-SP) desde 2008. Este artigo apresenta o histórico das ações de educomunicação socioambiental na maior rede pública do Brasil e analisa essas experiências a partir de três perspectivas: a socioambiental em si (cruzamento entre direitos humanos e as questões ditas ecológicas), a territorial (a partir da ideia de aterramento e de trabalho em rede) e a democrática (potencialização da gestão participativa). Também são apresentados dados inéditos das práticas de comunicação de 746 escolas municipais paulistanas que participaram de um mapeamento realizado em 2021. Em seu conjunto, todos esses dados e reflexões revelam como as unidades educacionais da RME-SP vêm se constituindo em lócus estratégico de articulação entre o global e o local.

Palavras-chave: Rede Municipal de Educação de São Paulo; território; protagonismo infantojuvenil; democracia; educomunicação socioambiental

Abstract: The interface between educommunication and critical environmental education has been present in the Municipal Education Network of São Paulo (RME-SP) since 2008. This article presents the history of socioenvironmental educommunication actions in the largest public network in Brazil and analyzes them from three perspectives: socioenvironmental itself (intersection between human rights and so-called ecological issues), territorial (based on the idea of grounding and networking), and democratic (enhancement of participatory management). Unpublished data on the communication practices of 746 municipal schools in São Paulo that participated in a mapping carried out in 2021 are also presented. Taken together, all these data and reflections reveal how the educational units of RME-SP have been constituting strategic locus of articulation between the global and the local.

Keywords: Municipal Education Network of São Paulo; territory; child and youth protagonism; democracy; socioenvironmental educommunication

1. INTRODUÇÃO

Este artigo apresenta resultados de uma pesquisa exploratória, de caráter qualitativo, que buscou analisar a interface entre as políticas públicas de educomunicação¹ e as de educação ambiental crítica na Rede Municipal de Educação de São Paulo (RME-SP). Este objetivo geral se dividiu em três objetivos específicos, a saber: (1) identificar e apresentar os principais marcos da chamada educomunicação socioambiental na RME-SP nos últimos quinze anos; (2) avaliar os referidos marcos a partir das convergências epistemológicas dos campos da educomunicação e da educação ambiental crítica; e (3) apresentar os dados inéditos do mapeamento interno realizado em 2021 pela Prefeitura de São Paulo das práticas de comunicação das escolas e, a partir deles, discutir o papel das unidades educacionais como polos de articulação na luta pela transição para uma sociedade mais justa e sustentável.

Para dar conta dos dois primeiros objetivos específicos, a coleta de dados se baseou em revisão bibliográfica e documental, além de sistematização dialogada de experiências vivenciadas pelos(as) autores(as), que estiveram diretamente envolvidos(as) nesse histórico, seja como gestor (Carlos Lima, coordenador do Núcleo de Educomunicação da Secretaria Municipal de Educação de São Paulo – SME-SP),

¹ SOARES, Ismar de Oliveira. *Educomunicação: o conceito, o profissional, a aplicação: contribuições para a reforma do Ensino Médio*. São Paulo: Paulinas, 2011.

2. A referida política foi instituída pelo Decreto Municipal nº 58.426/2018. Disponível em: <http://legislacao.prefeitura.sp.gov.br/leis/decreto-58462-de-18-de-setembro-de-2018>. Acesso em: 23 fev. 2023. Na SME, sua governança foi organizada por meio da Instrução Normativa nº 18/2019. Disponível em: <http://legislacao.prefeitura.sp.gov.br/leis/instrucao-normativa-secretaria-municipal-de-educacao-sme-acc-18-de-10-de-julho-de-2019>. Acesso em: 23 fev. 2023.

3A maioria dos respondentes eram diretores(as) das unidades (48,1%) ou assistentes de direção (23,1%). Em menor quantidade, apareceram também coordenadores(as) pedagógicos(as) (3,2%), secretários(as) de escola (0,6%) e auxiliares técnicos de educação (0,6%). Quase um quarto (24,4%) dos(as) respondentes não informou o cargo.

4. BRIANEZI, Thaís; GATTÁS, Carmen. A educomunicação como comunicação para o desenvolvimento sustentável. *Revista Latinoamericana de Ciencias de la Comunicación*, São Paulo, v. 21, n. 41, p. 33-43, 2022. DOI: <https://doi.org/10.55738/alaic.v21i41.908>.

5. SANTILLI, Juliana. *Socioambientalismo e novos direitos: proteção jurídica à diversidade biológica e cultural*. São Paulo: Peirópolis, 2005.

6. LATOUR, Bruno. *Onde aterrarr?* Como se orientar politicamente no Antropoceno. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020.

7. BOBBIO, Norberto. *O futuro da democracia: uma defesa das regras do jogo*. São Paulo: Paz e Terra, 2004.

8. BRASIL. *Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global*. Brasília, DF: MMA, 2002. p. 57-74.

como formadoras (Carmen Gattás e Thaís Brianezi, do Núcleo de Comunicação e Educação da Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo – NCE/ECA/USP) ou como consultora (Ednêia Oliveira, da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura no Brasil – Unesco Brasil). Já o terceiro objetivo foi trabalhado a partir de dados inéditos preexistentes, coletados em janeiro e fevereiro de 2021 pela autora Thaís Brianezi, quando coordenava o Sistema de Governança da SME-SP da Política Municipal de Atendimento ao Cidadão de São Paulo². Por meio de um formulário online enviado para o e-mail institucional de todas as unidades educacionais de gestão direta da RME-SP, que permaneceu aberto para resposta por 45 dias, foram coletadas informações detalhadas sobre as práticas de comunicação de 746 dessas unidades (49,2% do total de 1.516 convidadas a participar da pesquisa)³.

A análise dos dados foi feita a partir das convergências epistemológicas dos campos da educomunicação e da educação ambiental crítica, notadamente a crítica à perspectiva instrumental e instrumentalizadora das relações dos humanos entre si e com os demais seres, a defesa do valor intrínseco da vida e o incentivo à participação e à autoria, aliando leitura crítica e construção colaborativa da palavra e do mundo⁴. Essas confluências foram agregadas em três perspectivas analíticas: (1) socioambiental; (2) territorial; e (3) democrática. A primeira se relaciona com o posicionamento de parte significativa do movimento ambientalista brasileiro nos últimos cinquenta anos, que problematiza a separação entre natureza e sociedade e enfatiza as causas comuns na superexploração de humanos e não humanos – e, portanto, também o fato de as ditas crises ambientais globais serem crises civilizatórias que precisam ser enfrentadas com as lentes da justiça ambiental⁵. A segunda se fundamenta no conceito de terrenos de vida trabalhado por Bruno Latour, que reconhece a interdependência entre os diversos seres e o dito ambiente, a partir da agência do Terrestre, composto de coletivos em conexão⁶. A terceira perspectiva parte do conceito de democracia social trabalhado por Norberto Bobbio, ancorado na ampliação dos espaços de participação cidadã por meio de seus múltiplos papéis sociais⁷.

2. A INSTITUCIONALIZAÇÃO DA EDUCOMUNICAÇÃO SOCIOAMBIENTAL

O Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global⁸ reconhece a importância da garantia do direito à comunicação⁹. Construído pela sociedade civil durante a Cúpula dos Povos paralela à Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (a Rio-92), ele serviu de principal referência para a elaboração da Política Nacional de Educação Ambiental no Brasil¹⁰. A presença orgânica das práticas e temáticas socioambientais na interface entre comunicação e educação foi revelada também no levantamento realizado em 2013 de produções midiáticas estudantis em dez municípios brasileiros participantes do programa federal

Mais Educação. Os temas mais recorrentes nesses produtos educomunicativos infantojuvenis foram relações interpessoais e meio ambiente¹¹.

No Brasil, o Ministério do Meio Ambiente (MMA) lançou em 2005 o Programa de Educomunicação Socioambiental, institucionalizando o uso do termo. E, em 2011, aprovou a Estratégia Nacional de Comunicação e Educação Ambiental em Unidades de Conservação (ENCEA), na qual a educomunicação é a diretriz central para políticas públicas, programas e projetos em áreas protegidas¹². Além disso, a educomunicação está presente no Programa Nacional de Educação Ambiental (ProNEA), por meio de “metodologias de produção participativa de produtos e ações de comunicação para a Educação Ambiental e a sustentabilidade, desenvolvidos pelas próprias comunidades, contextualizados com suas realidades”¹³.

No âmbito estadual, o termo educomunicação já estava presente em 2020 no texto legal das políticas de educação ambiental de seis unidades da federação: Alagoas, Bahia, Espírito Santo, Paraná, São Paulo e Sergipe¹⁴.

Em termos de políticas públicas municipais, a cidade de São Paulo se destaca por, desde 2004, ter a educomunicação reconhecida pela Lei Municipal nº 13.941/2004, garantindo assim a permanência e a expansão da prática educomunicativa iniciada pelo projeto piloto *Educom.rádio*, realizado em 455 escolas municipais da capital paulista entre 2001 e 2004 pela Secretaria Municipal de Educação (SME) em parceria com o Núcleo de Comunicação e Educação da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo (NCE/ECA/USP). Atualmente, a Rede Municipal de Educação paulistana (RME-SP) tem a educomunicação como uma de suas estratégias pedagógicas, com ações de formação continuada para seus educadores(as) e o incentivo à formação de agências de notícias nas escolas – as Imprensas Jovens¹⁵.

É importante lembrar que São Paulo é o município mais populoso do país, com 11,96 milhões de habitantes, irregularmente distribuídos em uma extensão territorial de 1.527,7 km², que é dividida em 96 distritos gerenciados por meio de 32 subprefeituras¹⁶. Consequentemente, a SME coordena o maior sistema de ensino público do país, com pouco mais de 1 milhão de estudantes. São 1.518 unidades educacionais diretas, com cerca de 83,8 mil servidores, além das 2.196 escolas administradas por organizações parceiras (os centros de Educação Infantil – CEIs)¹⁷.

A organização administrativa e territorial da RME-SP se dá por meio de treze diretorias regionais de educação (DREs), a saber: Butantã, Campo Limpo, Capela do Socorro, Freguesia do Ó/Brasilândia, Guaianases, Ipiranga, Itaquera, Jaçanã/Tremembé, Penha, Pirituba, Santo Amaro, São Mateus e São Miguel. É por meio delas que as ações de educomunicação coordenadas pelo Núcleo de Educomunicação, integrante do Núcleo Técnico de Currículo (NTC/COPED/SME), se capilarizam e chegam às escolas municipais.

9. BRIANEZI, Thaís. Qual a relação entre a educação ambiental e o direito à comunicação? In: SORRENTINO, Marcos et al. (org.). *Educação ambiental e políticas públicas: conceitos, fundamentos e vivências* Curitiba: Appris, 2012. p. 141-150.

10. BRASIL. *Lei Federal nº 9.795, de 27 de abril de 1999*. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 28 abr. 1999. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9795.htm. Acesso em: 23 maio 2023.

11. PRÓSPERO, Daniele. *Educomunicação e políticas públicas: os desafios e as contribuições para o Programa Mais Educação*. 2013. Dissertação (Mestrado em Interfaces Sociais da Comunicação) – Universidade de São Paulo, 2013.

12. MENEZES, Débora. *Comunicação e mobilização na gestão participativa de unidades de conservação: o caso da APA da Serra da Mantiqueira*. 2015. Dissertação (Mestrado em Divulgação Científica e Cultural) – Universidade Estadual de Campinas, 2015.

13. MOREIRA, Teresa; SANTOS, Rita Silvana Santana dos (ed.). *Educação para o desenvolvimento sustentável na escola: caderno introdutório*. Brasília, DF: Unesco, 2020, p. 39.

14. ALVES, Beatriz Truffi; VIANA, Cláudemir Edson. Interface entre Educomunicação e Educação Ambiental nas políticas públicas e em teses e dissertações brasileiras. In: COSTA, Rafael Nogueira et al. (org.). *Imaginamundos: interfaces entre educação ambiental e imagens*. Macaé: Editora NUPEM, 2020. p. 108-136.

3. A EDUCOMUNICAÇÃO SOCIOAMBIENTAL NA RME-SP

A interface entre educomunicação e educação ambiental crítica, materializada na chamada educomunicação socioambiental, está explicitamente presente na RME-SP desde 2008 pelo menos. A seguir, destacamos em ordem cronológica as principais ações, projetos e programas que marcaram esse histórico, identificadas a partir de revisão bibliográfica e documental e, principalmente, da sistematização dialogada dos(as) autores(as), que, conforme já explicitado, estiveram diretamente envolvidos(as) nessas experiências¹⁸:

Linha do tempo da educomunicação socioambiental na RME-SP

a) 2008

- Parceria com a Universidade Aberta do Meio Ambiente e Cultura de Paz da Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente (UMAPAZ/SVMA) para a produção de conteúdos educacionais relacionados à Carta da Terra.
- Início do Projeto Segurança Humana, desenvolvido até 2012 por uma parceria que envolveu quatro agências das Nações Unidas e três secretarias municipais de São Paulo, com o objetivo de promover a cultura de paz por meio de ações integradas nas áreas de educação, ação comunitária e saúde.

b) 2011

- Jornada de formação com os então denominados professores orientadores de informática educativa (POIEs), aliando temáticas socioambientais aos projetos de educomunicação, culminando na realização do I Seminário Nas Ondas do Rádio – Educomunicação e Sustentabilidade.

c) 2012

- Realização do II Seminário Nas Ondas do Rádio – Educomunicação e Sustentabilidade.
- Início do trabalho de educomunicação nos centros de educação e cultura indígena (CECIs).

d) 2015

- Imprensa Jovem Online Sustentabilidade, realizado apenas pela equipe de formadores(as) do Núcleo de Educomunicação.
- Criação do curso “Educomunicação Socioambiental na Escola”, com desdobramentos nos territórios da RME-SP.

15. PICANÇO, Monise F. (coord.). *Como potencializar a produção e o acesso à informação de maneira descentralizada e colaborativa? O caso Imprensa Jovem*. São Paulo: (011). lab – Laboratório de Inovação em Governo, 2022.

16. Dados extraídos do site da Fundação SEADE referentes a 2022. Disponível em: <https://municípios.seade.gov.br/>. Acesso em: 18 out. 2023.

17. Dados extraídos da plataforma oficial da Rede Municipal de Educação de São Paulo, Escola Aberta, referentes a 11 de fevereiro de 2023. Disponível em: <https://escolaaberta.sme.prefeitura.sp.gov.br/escolaaberta/conheca-a-rede>. Acesso em: 18 out. 2023.

18. É importante destacar que essa não é uma linha do tempo exaustiva de todas as atividades de educomunicação socioambiental na RME-SP nos últimos quinze anos: o foco são os grandes marcos e, por isso, alguns anos não são mencionados na linha do tempo.

e) 2016

- Série “Inclusão na tela: o olhar dos estudantes”, em parceria com a Secretaria Municipal da Pessoa com Deficiência (SMPED).
- Imprensa Jovem Online Relações Étnico-raciais, realizada em parceria com o Núcleo de Educação Étnico-Racial da SME.
- Imprensa Jovem Online Direitos Humanos, realizada em parceria com a Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania (SMDHC).

f) 2018

- Imprensa Jovem Online Direito à Cidade, realizada em parceria com a Secretaria Municipal de Gestão (SG).

g) 2020

- Projeto Estudantes Mediadores de ODS, em parceria com a Unesco.

A seguir, aprofundaremos o debate sobre essas experiências a partir das três perspectivas de análise já fundamentadas na introdução: (1) socioambiental; (2) territorial; e (3) democrática.

3.1. Perspectiva socioambiental

O chamado socioambientalismo é característica marcante da história do movimento ambientalista brasileiro, que alia a luta pelos direitos humanos à, mais recentemente, pelos denominados direitos da natureza, em uma perspectiva interseccional que reconhece os cruzamentos entre desigualdades (e as mobilizações para combatê-las) de raça, gênero, condição de deficiência, classe e espécie¹⁹. Esse olhar que não separa natureza, cultura e sociedade orientou as ações de educomunicação socioambiental da RME-SP que aprofundaremos nesta seção: o projeto Segurança Humana; as edições do Imprensa Jovem Online sobre sustentabilidade, relações étnico raciais e direitos humanos; o projeto Inclusão na Tela; o trabalho de educomunicação nos CECIs e o projeto Estudantes Mediadores de ODS.

A Unesco no Brasil tem, desde 2008, apoiado diferentes iniciativas de educomunicação desenvolvidas pelo Núcleo da Educomunicação da SME. Lançado em 2008 e ativo até 2012, o projeto Segurança Humana²⁰ foi desenvolvido na região leste de São Paulo, nos distritos de Itaquera, Cidade Líder, Parque do Carmo e José Bonifácio, e contribuiu para que cerca de 450 mil pessoas beneficiadas compreendessem melhor as relações entre acesso a saúde, educação, alimentação, moradia, mobilidade e trabalho decente²¹, haja vista o depoimento

19. SANTILLI, Juliana. Socioambientalismo... Op. cit.

20. O conceito de Segurança Humana foi definido pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), por meio de seu Relatório de Desenvolvimento Humano publicado em 1994. Ele é composto por dois âmbitos indissociáveis: o desenvolvimento e a proteção dos indivíduos. (OPAS. *Projeto Segurança Humana no Município de São Paulo: relatos de uma experiência interagencial e intersetorial da área da saúde na redução da violência e na promoção da cultura de paz*. Brasília, DF: OPAS, São Paulo: Prefeitura de São Paulo, 2013).

21. Ibidem.

dado por Verônica Mendonça, adolescente que participou das ações educomunicativas do projeto:

Quando a gente pensa em segurança, logo a gente imagina policiais e viaturas e pessoas que garantam essa segurança para a gente. Mas eu acho que quando falamos em Segurança Humana, temos que pensar em esferas muito maiores, acho que temos que pensar em segurança no termo de garantia dos direitos. É você ir na escola e você chegar lá e ter a sua vaga, é você chegar no posto de saúde e ter um médico para te atender²².

A idealização do Segurança Humana começou em 2005 e envolveu, além da Unesco, outras três agências das Nações Unidas: a Organização Pan-Americana da Saúde/Organização Mundial da Saúde (OPAS/OMS), o Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef) e o Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA). A partir de sua implantação, em 2008, firmou parceria também com a Prefeitura de São Paulo, por meio de três secretarias municipais: SME, SMDHC e a de Saúde (SMS).

As ações de educomunicação do projeto se deram especialmente por meio de oficinas de mobilização de crianças e adolescentes, desenvolvidas na RME-SP pela equipe do Núcleo de Educomunicação, com apoio da Unesco. No geral, o Segurança Humana impactou positivamente 52 mil estudantes e 3 mil profissionais da educação de 105 escolas, a partir do trabalho formativo com os temas norteadores de cultura de paz, educação em sexualidade, educação preventiva e participação juvenil²³.

Já o Imprensa Jovem Online (IJO) foi criado em 2014 pela equipe de formadores(as) do Núcleo de Educomunicação da SME como uma estratégia para realizar processos formativos que pudessem envolver também os(as) estudantes: “Nesse curso, procurou-se ampliar o diálogo entre professor, estudante e comunidade, bem como ressignificar os espaços e tempos escolares, agora vistos como ecossistemas educomunicativos”²⁴.

A duração de cada IJO é de três meses, com 30 horas aula – sendo apenas as três primeiras presenciais, em um encontro no qual apenas os(as) educadores(as) entram em contato com o tema transversal daquela edição e com a dinâmica geral do curso e podem tirar dúvidas sobre o uso da plataforma²⁵. As horas seguintes são dedicadas ao estudo do material disponibilizado remotamente a cada semana e à produção de desafios práticos, sempre em parceria com a equipe da Imprensa Jovem pela qual o(a) educador(a) é responsável, e em interação com os(as) tutores(as) do Núcleo de Educomunicação. Os resultados finais são vídeos sobre um mesmo tema, produzidos a partir de diferentes olhares e sujeitos, e que costumam ser disponibilizados em um mapa virtual interativo²⁶.

A primeira edição do IJO, em 2014, centrou-se no estudo das técnicas telejornalísticas, com tema livre. Foi a segunda edição do IJO que inaugurou a tradição de abordar temas transversais, com conteúdo construído por meio de parcerias. O produto final do IJO Sustentabilidade contou com vídeos de vinte escolas que documentaram temáticas socioambientais de seus territórios²⁷,

22. Ibidem, p. 10.

23. Ibidem.

24. SANTOS, Isabel Pereira dos. Imprensa Jovem Online: uma contribuição para a cultura em rede na educação municipal de São Paulo. In: SOARES, Ismar de Oliveira; VIANA, Claudemir Edson; XAVIER, Jurema Brasil (org.). *Educomunicação e suas áreas de intervenção: novos paradigmas para o diálogo intercultural*. São Paulo: ABPEDUCOM, 2017, p. 95.

25. O encontro presencial é o único momento do IJO no qual os(as) estudantes não participam, por questões logísticas (dificuldade de transporte, especialmente) e legais (os/as formadores/as do Núcleo de Educomunicação são contratados/as para atuarem junto aos/as educadores/as).

26. Ibidem.

27. Mapa da Sustentabilidade produzido em 2015. Disponível em: https://www.google.com/maps/d/u/0/viewer?hl=pt-BR&ll=23.529080561491003%2C-46.37953915273438&z=10&mid=1ZGm8CjomLQZZw3ZDY7_UhkCryjY. Acesso em: 22 fev. 2023.

e o do IJO Direitos Humanos trouxe produções de trinta escolas que finalizaram o percurso formativo²⁸.

A série “Inclusão na Tela: o Olhar dos Estudantes” também seguiu a proposta de apresentar às Imprensas Jovens uma temática, a partir da qual elas construíram vídeos com abordagens diversas. O tema gerador foi os direitos das pessoas com deficiência, entendendo que este é um conceito que se relaciona com os obstáculos que dificultam a participação plena de uma pessoa na sociedade. Ou seja, diz respeito não apenas à condição de limitação física, mental, intelectual, sensorial ou múltipla, mas principalmente às barreiras que impedem a integração das pessoas com deficiência na educação formal, no mercado de trabalho ou na vida cultural e esportiva da cidade, por exemplo²⁹.

Os(as) estudantes das nove escolas participantes do projeto vivenciam como as barreiras físicas – como a falta de rampa para a mobilidade dos cadeirantes – são mais fáceis de serem percebidas. Mas as chamadas barreiras atitudinais – fundadas na crença de que as pessoas com deficiência são cidadãs de segunda classe – são tão ou mais perversas e, em geral, veladas. Por isso, a importância de os vídeos produzidos terem contribuído para suscitar uma conversa franca, e não institucionalizada, sobre inclusão e sobre o papel da mídia em reforçar ou desconstruir os estereótipos que retratam as pessoas com deficiência como coitadas e incapazes³⁰.

O estigma que se transforma em força mobilizadora³¹ se manifesta não só no histórico do movimento das pessoas com deficiência, mas também no do movimento indígena. A valorização de sua identidade enquanto projeto e (r) existência³² perpassa todo o trabalho de educomunicação desenvolvido nos três CECIs existentes no município de São Paulo, localizados nas aldeias Guarani Mbyá no Jaraguá (Tekoa Pyau) e em Parelheiros (Krukutu e Tenondé Porã).

Nos CECIs, as produções educomunicativas se inserem no contexto da luta dos guarani pela demarcação de seus territórios e pela visibilidade (e reconhecimento) de sua cosmovisão. Nelas, a oralidade e a convivência intergeracional são aspectos centrais³³.

Por fim, inspirado no IJO, o projeto Estudantes Mediadores de ODS envolveu cerca de 250 estudantes de todas as DREs, divididos em três grupos (Norte, Sul e Centro Oeste). A intenção inicial era fortalecer o conhecimento sobre os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), para qualificar os trabalhos colaborativos de autoria (TCAs) desenvolvidos pelos(as) estudantes dos anos finais do Ensino Fundamental (o chamado Ciclo Autoral).

Como aconteceu em 2020, o primeiro ano da pandemia da covid-19, as seguintes questões também se impuseram como norte no projeto: como fazer a diferença junto à sua família e comunidade no enfrentamento da crise?³⁴ Como identificar e combater notícias falsas? A partir dessas perguntas, o rádio, o vídeo e a poesia ajudaram a reverberar a voz dos(as) estudantes em ação, fazendo jus ao lema da Agenda 2030 de não deixar ninguém para trás.

Um dos desdobramentos do projeto foi o vídeo tutorial³⁵ produzido por duas estudantes do 9º ano da Escola Municipal de Ensino Fundamental (EMEF)

28. Mapa dos Direitos Humanos produzido em 2016. Disponível em: <https://www.google.com/maps/d/u/0/viewer?ll=-23.6163659%2C-46.6927635000001&z=10&mid=1IAUjgEeq4oBvWDKb604qsJzRuQk>. Acesso em: 22 fev. 2023.

29. MAIOR, Izabel Maria Madeira de Loureiro. Movimento político das pessoas com deficiência: reflexões sobre a conquista de direitos. *Inclusão Social*, Brasília, DF, v. 10, n. 2, p. 28-36, 2017.

30. Os nove vídeos resultantes do projeto foram exibidos no Cine Olido em 24 de novembro de 2016, com a presença das equipes das escolas e do jornalista Jairo Marques. Eles estão disponíveis em: <https://www.youtube.com/watch?v=aPsL20kSICl>. Acesso em: 22 fev. 2023.

31. HALL, Stuart. *Da diáspora: identidades e mediações culturais*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.

32. BRUM, Eliane. *Banzeiro Òkotó: uma viagem à Amazônia Centro do mundo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2021.

33. GATTÁS, Carmen. O guarani nas ondas do rádio. *Revista Magistério*, São Paulo, n. 10, p. 26-30, 2020.

34. O vídeo “Saudades da Escola”, produzido durante o projeto, ilustra bem esse contexto. Disponível: <https://www.youtube.com/watch?v=hTPgglZeORs>. Acesso em: 22 fev. 2023

35. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=sgkPcRlFZjw>. Acesso em: 22 fev. 2023.

Profa. Anna Silveira Pedreira, no Jardim Novo Santo Amaro, no qual elas ensinam como acessar o Google Sala de Aula pelo celular:

Logo após o fechamento das escolas em 2020 em razão da pandemia COVID-19, elas tomaram a iniciativa de criar tutoriais online no YouTube a fim de motivar e ensinar os alunos e os professores a acessarem plataformas virtuais para participar de aulas remotas online. Ayla Júlia Ferreira dos Santos e Winnie Stefany Alves da Silva, que estavam com 14 anos à época, eram alunas de uma escola municipal na Zona Sul de São Paulo. Com essa iniciativa digital dos tutoriais online, elas contribuíram, significativamente, para evitar a exclusão escolar entre muitos alunos da sua região, colocando em prática os princípios da solidariedade³⁶.

É importante salientar que a SME-SP já havia disponibilizado outros tutoriais do Google Sala de Aula, mas que pressupunham um acesso via computador, o que não era a realidade da maioria dos estudantes da RME-SP³⁷.

3.2. Perspectiva territorial

Bruno Latour³⁸ defendeu que, no contexto da emergência climática, que ele denominava de Novo Regime Climático, devemos conciliar dois processos aparentemente contraditórios: simultaneamente nos vincularmos ao solo e nos *mundializarmos*. A esse processo ele deu o nome de aterramento, que pressupõe o pensar em termos de sistemas de geração (dependência, papel distribuído do ser humano, gênese), e não mais de produção (liberdade, papel central do ser humano, mecanismo):

Inseridos num sistema de produção, os humanos são os únicos que podem se revoltar – sempre tarde demais; inseridos num sistema de geração, muitos outros clamores podem se fazer ouvir – antes da catástrofe. Os pontos de vida, e não apenas os pontos de vista, multiplicam-se³⁹.

Essa perspectiva territorial de trabalho em rede fundamentou a criação do curso Educomunicação Socioambiental pelo Núcleo de Educomunicação da SME, e ajuda a explicar seus múltiplos desdobramentos. Iniciativa pioneira no Brasil, a formação foi ofertada de 2015 a 2017, de modo presencial, com 12 horas aula: em geral, eram quatro encontros semanais de três horas cada; mas, durante as férias e aos sábados, houve ofertas condensadas em dois dias, manhã e tarde, com três horas em cada período. De 2019 a 2022, o curso passou a ser ofertado na modalidade de educação à distância. Em quaisquer dos formatos, seu objetivo geral era incentivar práticas educomunicativas que promovessem o debate sobre e o exercício da sustentabilidade nas escolas.

Em 2015, o curso estreou em caráter piloto nas férias, em julho, com três turmas nas seguintes DREs: Capela do Socorro, Pirituba e São Miguel. Ao todo, foram 89 participantes. Na oferta regular do segundo semestre daquele ano, houve mais sete turmas e outros(as) 161 participantes. Elas aconteceram nas

36. REHDER, Maria. O em-poderamento de meninas periféricas na cidade de São Paulo por meio de tecnologias digitais de informação e comunicação e de alfabetização midiática e informational para não deixar ninguém para trás. In: Núcleo de informação e coordenação do ponto BR (org.). *Pesquisa sobre o uso das tecnologias de informação e comunicação nas escolas brasileiras: TIC* Educação 2021. São Paulo: Comitê Gestor da Internet no Brasil, 2022, p. 132.

37. Ibidem.

38. LATOUR, Bruno. Onde... Op. cit..

39. Ibidem, p. 107.

DREs Capela do Socorro, Itaquera, Butantã, Jaçanã-Tremembé, Santo Amaro, Guaianases e Freguesia do Ó⁴⁰.

Nesse mesmo ano, a Virada Sustentável, pela primeira vez, contou com um evento dedicado às escolas. A chamada Educação na Virada Sustentável aconteceu em agosto, no Parque da Previdência, por iniciativa da Rede Escolas Sustentáveis (Resus), em parceria com o Grupo de Trabalho (GT) Sustentabilidade da DRE Butantã. O evento exibiu trabalhos desenvolvidos por 35 escolas e contou com cobertura da Imprensa Jovem da EMEF Tarsila do Amaral⁴¹.

Os(as) professores(as) da RME-SP podem optar por duas jornadas de trabalho: a Jornada Básica Docente (JBD), com trinta horas semanais, e a Jornada Especial Integral de Formação (JEIF), com quarenta horas semanais. Nesta última, oito horas semanais são destinadas a momentos de estudo coletivo, o que possibilita um processo de formação em serviço. A partir da oferta piloto do curso na DRE Capela do Socorro, houve o convite para a equipe do Núcleo de Educomunicação ministrar uma formação durante a JEIF da EMEF Prof. Ayrton Oliveira Sampaio, da qual participaram trinta docentes.

Na ida à escola, a formadora responsável conheceu o trabalho pioneiro com robótica e acessibilidade que era desenvolvido no Laboratório de Informática Educativa, e ajudou a articular para que ocorresse a cobertura educomunicativa da Mostra sobre Sustentabilidade que a EMEF Prof. Ayrton Oliveira Sampaio realizou no mês seguinte, feita pela Imprensa Jovem da EMEF Prof. Florestan Fernandes⁴².

O intercâmbio entre escolas de diferentes regiões foi desdobramento também da edição do curso na DRE Jaçanã-Tremembé. Houve uma ação de plantio de horta na EMEF João Domingues Sampaio, que reuniu representantes da EMEF Almirante Tamandaré, da Escola Municipal de Educação Infantil (EMEI) Eduardo Carlos Pereira, do CEI Jardim Japão, da SVMA e do Conselho Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (CADES) Santana Tucuruvi⁴³.

Já a oferta do Educomunicação Socioambiental na DRE Guaianases foi encerrada com a criação de uma horta medicinal na Unidade Básica de Saúde (UBS) Guaianases-II, que permitiu a vivência na prática do princípio da inter-setorialidade, porque envolveu colaboradores da UMAPAZ/SVMA, do Viveiro Manequinho Lopes, da Subprefeitura de Guaianases e da Atenção Primária à Saúde de Santa Marcelina. Ela partiu do seguinte pressuposto: se o uso de plantas para tratar doenças é tão antigo quanto a própria humanidade, possibilitar de forma responsável o conhecimento sobre esta forma de tratamento ajuda a dar sentido à própria saúde e a construir uma visão crítica da mercantilização e medicalização incentivadas pela indústria farmacêutica.

A valorização dos equipamentos públicos municipais se fez visível também na produção educomunicativa que as crianças da EMEI Clycie Mendes Carneiro realizaram, com apoio das formadoras do curso Educomunicação Socioambiental, e que foi exibida nas TVs dos ônibus municipais durante a Semana da Mobilidade, tradicionalmente comemorada em setembro. O registro visual, propositalmente sem áudio, mostrava cenas das crianças andando de triciclo nos espaços do projeto

40. No "Blogando nas Ondas do Rádio" é possível ver as produções das participantes do curso no Centro Educacional Unificado (CEU) Caminho do Mar (<http://blogandonasondasdoradio.blogspot.com/2015/09/termina-o-curso-de-educomunicacao.html>), no Centro Integrado de Educação de Jovens e Adultos (CIEJA) Itaquera (<http://blogandonasondasdoradio.blogspot.com/2015/11/diversidade-e-qualidade-das-producoes.html>) e na DRE Butantã (<http://blogandonasondasdoradio.blogspot.com/2015/11/participantes-do-curso-educomunicacao.html>). Acesso em: 22 fev. 2023.

41. A matéria produzida pelos(as) estudantes foi publicada no site da SME. Disponível em: <http://portal.sme.prefeitura.sp.gov.br/Main/Noticia/Visualizar/PortalSMESP/Escolas-municipais-de-Sao-Paulo-sao-destaques-na-Virada-Sustentavel>. Acesso em: 22 fev. 2023.

42. A matéria produzida pelos(as) estudantes foi publicada no site da SME. Disponível em: <http://portal.sme.prefeitura.sp.gov.br/Main/Noticia/Visualizar/PortalSMESP/Escolas-da-DRE-Capela-do-Socorro-partilham-experiencias-de-robotica-e-educomunicacao>. Acesso em: 22 fev. 2023.

43. O evento foi coberto pela equipe da Rádio Califrio, da EMEF Almirante Tamandaré (<https://somar-ripiante.wixsite.com/radiocalfrio>). Acesso em: 22 fev. 2023.

Educação no Trânsito, por meio do qual aprendiam de forma lúdica os cuidados e valores necessários para serem boas motoristas e pedestres exemplares⁴⁴.

A perspectiva da defesa dos terrenos de vida⁴⁵ pautou também as ações em torno do Parque Municipal Pinheirinho D'Água, criado em 2009 na zona Norte de São Paulo, fruto de um processo de mobilização da comunidade local para preservação e uso público de uma área verde de 250.306 m². Lá, a DRE Pirituba desenvolvia em 2015 uma proposta de parque educador, com participação de 24 escolas da região. E o curso Educomunicação Socioambiental se fez presente com uma oficina de fotografia realizada no parque, no contexto de um evento autogestionado que contou com cobertura das Imprensa Jovens das EMEFs Padre Leonel Franca (Mix Leonel) e Dr. José Kaufmann (Voz do Kauffman)⁴⁶.

44. Este foi o vídeo exibido nas TVs dos ônibus municipais de São Paulo durante a Semana da Mobilidade de 2015. Disponível em: https://youtu.be/TRY-wrj4q_8. Acesso em: 22 fev. 2023.

45. LATOUR, Bruno. Onde... Op. cit..

46. Há um registro dessa ação no site de SME. Disponível em: <http://portal.sme.prefeitura.sp.gov.br/Main/Noticia/Visualizar/PortalSMESP/Um-dia-especial-para-a-comunidade-no-Pinheirinho-dagua>. Acesso em 23 fev. 2023.

47. BUCCI, Eugênio. Ciências da Comunicação contra a desinformação. *Comunicação & Educação*, São Paulo, v. 27, n. 2, p. 5-19, 2022. DOI: <https://doi.org/10.11606/issn.2316-9125.v27i2p5-19>.

48. BOBBIO, Norberto. O futuro... Op. cit., p. 53.

49. Os episódios estão disponíveis em: <https://anchor.fm/conselho-de-escola-e-meio-profa-eldy-poli-bifone/episodes/EldyCast-do-Conselho-de-Escola-MARO-2022-e1glkk4>. Acesso em 22 fev. 2023.

50. MARIN, Pedro de Lima; GUERRINI, Ana W. Participação na cidade de São Paulo no período de 2001 a 2016: do orçamento participativo ao programa de metas. *Revista Brasileira de Políticas Públicas e Internacionais*, João Pessoa, v. 2, n. 1, p. 109-128, 2017.

51. Mapa do Direito à Cidade produzido em 2018. Disponível em: <https://www.google.com/maps/d/u/0/viewer?ll=23.65731734547244%2C-46.74714627550202&mid=1gwnbp5A-WAjHnvRrSIXbroNYKvadI-Ae>. Acesso em: 22 fev 2023.

3.3. Perspectiva democrática

Há um amplo debate sobre o quanto as tecnologias da informação e comunicação (TICs) podem ser aliadas ou ameaças à democracia⁴⁷. Uma das contribuições da educomunicação se insere justamente no fortalecimento das iniciativas de gestão participativa, alargando os espaços de decisão não a partir da crença ingênuas na democracia direta via computador ou celular, mas sim do que Norberto Bobbio denominou de democracia social:

O que acontece agora é que o processo de democratização, ou seja, o processo de expansão do poder ascendente, está se estendendo da esfera das relações políticas, das relações nas quais o indivíduo é considerado em seu papel de cidadão, para a esfera das relações sociais, onde o indivíduo é considerado na variedade de seus status e de seus papéis específicos, por exemplo de pai e de filho, de cônjuge, de empresário e de trabalhador, de professor e de estudante e até mesmo de pai de estudante, de médico e de doente, de oficial e de soldado, de administrador e de administrado, de produtor e de consumidor, de gestor de serviços públicos e de usuário, etc⁴⁸.

Um exemplo concreto e recente é o Projeto EldyCast, da EMEI Profa. Eldy Poli Bifone, de produção de podcasts pelo Conselho da Escola, com participação de adultos e crianças⁴⁹. O outro, de 2018, é a edição do IJO Direito à Cidade, que teve como tema transversal o Programa de Metas 2017-2020 e ajudou a diminuir a distância entre esse instrumento, importante ferramenta de transparência e controle social, e os moradores dos mais diversos cantos da capital paulista⁵⁰.

A iniciativa envolveu diretamente 119 educadores e 900 estudantes de 85 escolas de todas as regiões de São Paulo, de diversas faixas etárias (Educação Infantil, Ensino Fundamental, Ensino Médio e Educação de Jovens e Adultos). Ao longo da formação, as equipes foram convidadas a produzir telejornais mostrando como o debate sobre o direito à cidade (e, mais especificamente, sobre o Programa de Metas) se concretizava em suas comunidades⁵¹.

Os vídeos mostraram como metas aparentemente tecnocráticas têm relação direta com o dia a dia das escolas e dos bairros. Na Escola Municipal de Ensino

Fundamental e Médio (EMEFM) Darcy Ribeiro, por exemplo, a equipe da Imprensa Jovem iluminou a relação entre a queda da goiabeira, a única que existia no parquinho, e o compromisso da Prefeitura de plantar 200 mil árvores no município⁵².

Não é de se estranhar, portanto, que a educomunicação esteja presente no 3º Plano de Ação em Governo Aberto de São Paulo, vigente de 2021 até 2024, no âmbito da parceria de governo aberto da qual a Prefeitura faz parte (*Open Government Partnership – OGP*). Em um processo de cocriação por meio de oficinas participativas presenciais e consultas públicas online, um dos quatro compromissos priorizados no referido plano foi o de fortalecer o engajamento da população para o monitoramento da implementação da Agenda Municipal 2030, sendo um dos marcos a elaboração de um Plano Aberto de Comunicação e Engajamento da Agenda Municipal 2030, que tem as Imprensa Jovens como protagonistas⁵³.

4. AS ESCOLAS COMO LÓCUS DE ARTICULAÇÃO

As escolas municipais são o equipamento da Prefeitura de São Paulo mais numeroso e capilarizado. Conhecer suas práticas de comunicação, a fim de potencializá-las, é, portanto, parte fundamental da busca pela excelência na oferta dos serviços educacionais e foi o que motivou a realização da já referida pesquisa realizada em janeiro e fevereiro de 2021 no âmbito do Sistema de Governança em SME-SP da Política Municipal de Atendimento ao Cidadão.

Os dados da pesquisa revelaram que o Facebook era o principal canal de comunicação online das escolas com as famílias: 91% (681 unidades educacionais) afirmaram utilizar essa rede social e, dessas, 70,8% (482) criaram uma página oficial em vez de um perfil de usuário, dando indícios de um uso mais institucional da ferramenta. Os motivos mais citados pelas 65 escolas (9%) que não utilizavam o Facebook foram: o fato de não ser uma mídia oficial da RME-SP, o caráter de consumo da plataforma e sua dissonância com a proposta pedagógica da unidade, a superexposição de imagens e dados dos(as) estudantes, a pouca efetividade da comunicação nas redes sociais, a dificuldade de as famílias terem acesso à internet e a falta de funcionários(as) para cuidarem das postagens e da interação.

O questionário também perguntava quais conteúdos a escola publicava com maior frequência no Facebook, com possibilidade de marcar mais de uma opção. Os conteúdos mais citados foram comunicados e avisos próprios (635 menções), retransmissão de comunicados e avisos da SME (545), notícias e relatos de práticas pedagógicas da escola (542), divulgação de eventos na escola (511), divulgação de eventos da SME (303) e notícias e relatos de práticas pedagógicas em geral (244).

O segundo canal digital mais utilizado para se comunicar com os(as) responsáveis pelos estudantes era o WhatsApp (usado por 615 escolas, 82% do total das que participaram do levantamento). Embora 149 (24%) utilizassem a conta pessoal de algum(a) funcionário(a) para se comunicar, 434 (71%) utilizavam um

52. Cenas desta produção estão no trailer do IJO Direito à Cidade. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=hNkY9fUG2BY>. Acesso em: 22 fev. 2023.

53. Mais informações sobre o 3º Plano de Ação em Governo Aberto de São Paulo estão disponíveis em: https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/casa_civil/relacoes_institucionais/coordenadoria_de_governo_aberto/index.php/plano_de_acao/terceira_edicao/index.php?p=333042#~.text=O%20processo%20envolveu%20oito%20macroetapas,civil%2C%20at%C3%A9%20outubro%20de%202024. Acesso em: 22 fev. 2023.

número de telefone exclusivo, sendo que 283 (46%) possuíam conta comercial (WhatsApp Business). As listas de transmissão e os grupos de discussão eram as estratégias de comunicação mais adotadas pelas escolas no uso da ferramenta.

Esses dados chamam bastante atenção, considerando que não havia uma política de orientação ou incentivo (inclusive financeiro) para uso do Facebook ou do WhatsApp. A adoção de ambos se deveu, em grande medida, ao fato de que, diante do fechamento das escolas em 2020 e parte de 2021, as escolas tiveram que improvisar maneiras de manter contato com os(as) estudantes e suas famílias.

Quando estavam funcionando regularmente, diversas estratégias analógicas de comunicação costumavam ser adotadas pelas unidades educacionais que participaram do mapeamento. Quase todas (729 ou 98% do total) utilizavam cartazes para se comunicar com as famílias, que costumavam ser fixados em locais de grande circulação, como portão de entrada da escola, guichê da secretaria, mural e quadro de aviso, pátio, corredores e muros externos.

Coincidemente, a quantidade de escolas que utilizavam bilhetes para a comunicação com mães, pais e demais responsáveis é exatamente igual à de escolas que utilizavam cartazes. Esses comunicados mais individualizados eram transportados, via de regra, pelos(as) estudantes dentro da agenda escolar ou de algum caderno.

Das escolas que participaram do diagnóstico, 96 (13%) possuíam Imprensa Jovem ativa em 2021. O número pode parecer pequeno, diante das 200 equipes existentes já no ano seguinte⁵⁴, mas se torna impressionantemente alto se levarmos em consideração o contexto da pandemia da covid-19, com fechamento das escolas e suspensão do pagamento de projetos de extensão de jornada recebido pelos(as) educadores(as) responsáveis.

Os canais, formatos e linguagens utilizados pelos(as) jovens educomunicadores(as) tinham caráter multimídia: redes sociais (67 menções), vídeo (48), jornal mural (45), rádio no pátio (30), blog (26), podcast (17), jornal impresso (8), quadrinhos (8), jornal eletrônico (7) e fanzine (5). Novamente, houve relatos de como os(as) integrantes da Imprensa Jovem participaram ativamente dos esforços de apoio aos colegas e suas famílias durante a crise catalisada pela pandemia. Na EMEF Prof. Roberto Plínio Colacioppo, no Jardim Celeste, por exemplo, a diretora alugou um carro de som para rodar pela comunidade, difundindo os conteúdos informativos produzidos pelos(as) alunos(as) no âmbito do projeto Estudantes Mediadores de ODS.

Isso remete à outra característica predominante nas ações de educomunicação socioambiental na RME-SP: as escolas se constituem em lócus estratégicos de articulação entre o global e o local. A própria Agenda Municipal 2030 de São Paulo⁵⁵ é fruto de um processo participativo de localização de compromissos internacionais que inicialmente envolviam apenas países. E, nela, há destaque para a meta de ampliação do Programa Escolas Sustentáveis, desenvolvido pela UMAPAZ/SVMA em parceria com a SME:

54. PICANÇO, Monise F. (coord.). *Como...* Op. Cit.

55. SÃO PAULO. *Agenda Municipal 2030*. São Paulo: Prefeitura de São Paulo, 2021.

A transição da escola, na direção da sustentabilidade socioambiental, não acontece de um dia para outro e nem é tarefa fácil, pois requer reorganização do trabalho pedagógico, voltada a repensar o currículo, a gestão, as edificações e a relação estabelecida com a comunidade escolar. É um processo lento, gradual e feito a várias mãos, com paciência, estudo, diálogo e vontade política, na medida do compromisso com o enfrentamento das desigualdades sociais e com uma escola inclusiva, justa e solidária⁵⁶.

Não por acaso, portanto, no percurso metodológico para a construção de uma escola sustentável, a educomunicação é uma estratégia central, reconhecida pela Instrução Normativa SME nº 45/2020, que define as diretrizes educacionais para a implementação da educação ambiental na RME-SP⁵⁷.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse breve olhar para a confluência das práticas de educomunicação e de educação ambiental crítica na RME-SP nos últimos quinze anos apresenta indícios de que as convergências epistemológicas entre os dois campos têm se traduzido também empiricamente em políticas públicas da chamada educomunicação socioambiental. Quando se leva em consideração a quantidade e dispersão das escolas municipais da capital paulista e a apropriação pedagógica e cidadã que muitas delas têm feito das TICs, abre-se uma agenda de pesquisa – e de intervenção em políticas públicas – voltada a estudar e potencializar o papel dessas unidades educacionais como polos de articulação na luta pela transição para uma sociedade mais justa e sustentável, ancorada nas perspectivas socioambiental, territorial e democrática.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, Beatriz Truffi; VIANA, Claudemir Edson. Interface entre Educomunicação e Educação Ambiental nas políticas públicas e em teses e dissertações brasileiras. In: COSTA, Rafael Nogueira *et al.* (org.). **Imaginamundos: interfaces entre educação ambiental e imagens**. Macaé: Editora NUPEM, 2020. p. 108-136.

BOBBIO, Norberto. **O futuro da democracia: uma defesa das regras do jogo**. São Paulo: Paz e Terra, 2004.

BRASIL. Lei Federal nº 9.795, de 27 de abril de 1999. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 28 abr. 1999. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9795.htm. Acesso em: 23 maio 2023.

BRASIL. **Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global**. Brasília, DF: MMA, 2002. p. 57-74.

56. PORTUGAL, Simone; SORRENTINO, Marcos. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental e suas contribuições à escola sustentável**. In: BAGANHA, Denise Estorilho *et al.* (org.). **Educação ambiental rumo à escola sustentável**. Curitiba: SEED, 2018. p. 14.

57. A referida normativa pode ser lida na íntegra em: <https://legislacao.prefeitura.sp.gov.br/leis/instrucao-normativa-secretaria-municipal-de-educacao-sme-45-de-30-de-novembro-de-2020/detalhe>. Acesso em: 22 fev 2023.

BRIANEZI, Thaís. Qual a relação entre a educação ambiental e o direito à comunicação? In: SORRENTINO, Marcos *et al.* (org.). **Educação ambiental e políticas públicas**: conceitos, fundamentos e vivências. Curitiba: Appris, 2012. p. 141-150.

BRIANEZI, Thaís; GATTÁS, Carmen. A educomunicação como comunicação para o desenvolvimento sustentável. **Revista Latinoamericana de Ciencias de la Comunicación**, São Paulo, v. 21, n. 41, p. 33-43, 2022. DOI: <https://doi.org/10.55738/alaic.v21i41.908>.

BRUM, Eliane. **Banzeiro** Òkótó: uma viagem à Amazônia Centro do mundo. São Paulo: Companhia das Letras, 2021.

BUCCI, Eugênio. Ciências da Comunicação contra a desinformação. **Comunicação & Educação**, São Paulo, v. 27, n. 2, p. 5-19, 2022. DOI: <https://doi.org/10.11606/issn.2316-9125.v27i2p5-19>.

GATTÁS, Carmen. O guarani nas ondas do rádio. **Revista Magistério**, São Paulo, n. 10, p. 26-30, 2020.

HALL, Stuart. **Da diáspora**: identidades e mediações culturais. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.

LATOUR, Bruno. **Onde aterrar?** Como se orientar politicamente no Antropoceno. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020.

MAIOR, Izabel Maria Madeira de Loureiro. Movimento político das pessoas com deficiência: reflexões sobre a conquista de direitos. **Inclusão Social**, Brasília, DF, v. 10, n. 2, p. 28-36, 2017.

MARIN, Pedro de Lima; GUERRINI, Ana W. Participação na cidade de São Paulo no período de 2001 a 2016: do orçamento participativo ao programa de metas. **Revista Brasileira de Políticas Públicas e Internacionais**, João Pessoa, v. 2, n. 1, p. 109-128, 2017.

MENEZES, Débora. **Comunicação e mobilização na gestão participativa de unidades de conservação**: o caso da APA da Serra da Mantiqueira. 2015. Dissertação (Mestrado em Divulgação Científica e Cultural) – Universidade Estadual de Campinas, 2015.

MOREIRA, Teresa; SANTOS, Rita Silvana Santana dos (ed.). **Educação para o desenvolvimento sustentável na escola**: caderno introdutório. Brasília, DF: Unesco, 2020.

OPAS. **Projeto Segurança Humana no Município de São Paulo**: relatos de uma experiência interagencial e intersetorial da área da saúde na redução da violência e na promoção da cultura de paz. Brasília, DF: OPAS, 2013.

PICANÇO, Monise F. (coord.). **Como potencializar a produção e o acesso à informação de maneira descentralizada e colaborativa?** O caso Imprensa Jovem. São Paulo: (011).lab – Laboratório de Inovação em Governo, 2022.

PORTUGAL, Simone; SORRENTINO, Marcos. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental e suas contribuições à escola sustentável. *In: BAGANHA, Denise Estorilho et al. (org). Educação ambiental rumo à escola sustentável.* Curitiba: SEED: UTP, 2018. p. 9-17.

PRÓSPERO, Daniele. **Educomunicação e políticas públicas:** os desafios e as contribuições para o Programa Mais Educação. 2013. Dissertação (Mestrado em Interfaces Sociais da Comunicação) – Universidade de São Paulo, 2013.

REHDER, Maria. O empoderamento de meninas periféricas na cidade de São Paulo por meio de tecnologias digitais de informação e comunicação e de alfabetização midiática e informacional para não deixar ninguém para trás. *In: NÚCLEO DE INFORMAÇÃO E COORDENAÇÃO DO PONTO BR (org.). Pesquisa sobre o uso das tecnologias de informação e comunicação nas escolas brasileiras:* TIC Educação 2021. São Paulo: Comitê Gestor da Internet no Brasil, 2022. p. 131-139.

SANTILLI, Juliana. **Socioambientalismo e novos direitos:** proteção jurídica à diversidade biológica e cultural. São Paulo: Peirópolis, 2005.

SANTOS, Isabel Pereira dos. Imprensa Jovem Online: uma contribuição para a cultura em rede na educação municipal de São Paulo. *In: SOARES, Ismar de Oliveira; VIANA, Claudemir Edson; XAVIER, Jurema Brasil (org.). Educomunicação e suas áreas de intervenção:* novos paradigmas para o diálogo intercultural. São Paulo: ABPEducom, 2017, p. 95-105.

SÃO PAULO. **Agenda Municipal 2030.** São Paulo: Prefeitura de São Paulo, 2021.

SOARES, Ismar de Oliveira. **Educomunicação:** o conceito, o profissional, a aplicação: contribuições para a reforma do Ensino Médio. São Paulo: Paulinas, 2011.